



BOLETIM CEIJ

JULHO - DEZEMBRO | 2015

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

Estímulo à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes

Ação de divulgação do Programa de Apadrinhamento Conta Comigo no Shopping Pátio Belém

Realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2015, a ação foi coordenada pela 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém em parceria com o grupo de trabalho do Programa de Apadrinhamento Conta Comigo, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para participação no Programa.

Publicação interinstitucional Coordenadoria da Infância e Juventude e Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará

A Coordenadoria participou do lançamento, juntamente com o Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, do Resumo Executivo do Projeto de Pesquisa: instituições de acolhimento em quatro regiões do estado do Pará – perfil de crianças e adolescentes. A publicação foi disponibilizada para os agentes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, durante o X Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, no dia 18 de novembro de 2015.



Ação divulga o programa de apadrinhamento “Conta Comigo”, em shopping de Belém

Aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de justiça infantojuvenil

Seminário Cinco anos da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – desafios do cenário atual

Realizado nos dias 05 e 06 de novembro de 2015, no Auditório Des. Agnano Monteiro Lopes, com 217 participantes, entre magistrados e servidores com atuação na área da Infância e Juventude e correlatas, promotores de justiça, defensores públicos e demais trabalhadores dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. O evento possibilitou conhecimento ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e à sociedade das ações realizadas pela CEIJ/TJPA nos 05 anos de existência, apresentando os resultados alcançados na melhoria da prestação jurisdicional em matéria de infância e juventude e os desafios a serem enfrentados, além da discussão de temas relevantes à matéria, tais como: Direito à Convivência Familiar, Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo, Erradicação do Trabalho Infantil, Implicações Jurídico Sociais frente à Redução da Maioridade Penal, dentre outros temas surgidos nos debates.



Jovens de Emaús em apresentação musical durante seminário de cinco anos da CEIJ

Aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de justiça infantojuvenil

Programa de Digitalização de Processos de Adoção: Conhecendo a Minha História

Desde o início do Programa foram digitalizados 2.621 processos de adoção e seus correlatos, provenientes de dezenove comarcas do estado do Pará. Neste semestre foram sanadas, pela Secretaria de Informática, as dificuldades para inclusão dos processos em PDF no sistema LIBRA, iniciando-se, no mês de novembro, a inclusão das referidas imagens nas respectivas unidades virtuais processuais originais. Definiu-se com o Departamento de Documentação e Informação e com a Divisão de Documentação e Arquivo que, no mês janeiro 2016, dar-se-á prosseguimento às inserções das imagens dos processos já digitalizados provenientes da 1ª Vara da Infância e da Juventude da capital, assim como será garantida a digitalização dos processos da mesma Vara, referentes aos anos de 2006 a 2015. Em reunião agendada para 27/01/2016 será elaborado novo cronograma de captação de processos nas comarcas no estado do Pará que ainda não atendidas pelo Programa.

Realização de estudo e diagnóstico para a proposição de políticas públicas com vistas ao aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude no estado do Pará

Instituído por meio da Portaria nº 4827/2015-GP, de 11 de novembro de 2015, objetiva conhecer a realidade da Justiça da Infância e da Juventude no estado do Pará, para em seguida propor aprimoramentos na prestação jurisdicional e possibilitar o fortalecimento da garantia à prioridade absoluta prevista nas normativas nacionais e internacionais. O formulário para coleta de dados da pesquisa, elaborado pela CEIJ, com o apoio da Coordenadoria de Estatística e Secretaria de Informática, foi disponibilizado on line para as varas com competência em infância e juventude do estado do Pará.

Aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de justiça infantojuvenil

Visitas às Varas de Infância e Juventude de Marituba, Belém, Icoaraci e Ananindeua

No segundo semestre de 2015, a CEIJ iniciou uma série de visitas às varas de infância e juventude da região metropolitana de Belém. As visitas terão continuidade em 2016. Em 2015, os juízes das varas de infância tiveram a oportunidade de conversar pessoalmente com o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, expondo seus projetos inovadores, ideias para melhoria do atendimento ao jurisdicionado, bem como as dificuldades que ainda necessitam ser superadas na área de infância e juventude. As demandas apresentadas pelos magistrados foram encaminhadas pela CEIJ à presidência do Tribunal de Justiça, para as providências cabíveis.



O desembargador José Maria Teixeira do Rosário durante visita à Vara da Infância e Juventude em Ananindeua

Aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de justiça infantojuvenil

Visita da equipe da CEIJ à Vara da Infância e Juventude de Icoaraci



Desembargador José Maria Teixeira e o juiz da vara de infância de Marituba, Homero Lamarão

Aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de justiça infantojuvenil

Grupo de Trabalho Interinstitucional – Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares

Composto por sete instituições públicas e organizações da sociedade civil: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, representado pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ); Ministério Público, representado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-MP); Defensoria Pública, por meio da Coordenadoria de Política da Infância e da Juventude da Região Metropolitana; Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Pará (CEDCA); Universidade Federal do Pará, via Escola de Conselhos; Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Pará (Aconextel) e Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Comissão de Infância e Juventude. O GT teve como objetivo mapear as

possibilidades e dificuldades dos 144 municípios do Pará, com vistas a planejar e realizar ações para a efetivação do primeiro Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares. Devido participação no referido GT, a CEIJ foi convidada pelo CEDCA a contribuir no planejamento da formação inicial para os conselheiros eleitos, que deverão tomar posse em 10/01/2016, assim como mobilizar magistrados e servidores para contribuir no processo de formação dos respectivos conselheiros. A primeira formação está prevista para os dias 26 a 29 de janeiro de 2016, em Abaetetuba, Altamira, Castanhal, Marabá, Moju e Santarém. E de 02 a 05 de fevereiro de 2016, para a Região Metropolitana de Belém, Breves, Paragominas e Itaituba.

Ações em Justiça Restaurativa

Plenária de Mobilização pela Campanha Justiça Restaurativa (JR) do Brasil

Participação da servidora France Cruz (NAE/CEIJ) e das magistradas Josineide Gadelha (comarca de Santarém) e Mônica Maciel (juíza titular da vara de crimes contra a criança da capital e juíza auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior). A plenária ocorreu no dia 24 de julho de 2015, tendo como tema central os 10 anos de práticas restaurativas no Brasil, com as seguintes atividades: apresentação da comissão científica de Justiça Restaurativa da Associação dos Magistrados Brasileiros, lançamento da campanha Justiça Restaurativa do Brasil, para elaboração de protocolos estaduais de JR, constituição de núcleos de JR nos estados, formações de JR pelas Escolas de Magistratura dos Estados e articulações das parcerias acadêmicas.

Seminário sobre Justiça Restaurativa: “A paz pede a palavra”

Organizado pelo grupo de trabalho de Justiça Restaurativa, composto por servidores do TJPA, Ministério Público, Defensoria Pública, Fundação do Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e Rede Escola Cidadã/UNAMA, em parceria com a Escola Superior da Magistratura. Ocorreu no dia 03/12/2015, nas dependências do Fórum Cível da Capital e objetivou disseminar as práticas de justiça restaurativa enquanto método alternativo de resolução de conflitos, possibilitando aos 93 participantes vivências de círculo restaurativo e conhecimentos acerca dos princípios e diretrizes da justiça restaurativa, a partir da ótica do autor Howard Zehr.

Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Belém)

De iniciativa da CEIJ, o grupo de trabalho interinstitucional reúne vários órgãos e entidades, dentre eles: Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Propaz, entre outros. No segundo semestre de 2015, foram realizadas quatro reuniões com o ob-

jetivo de fortalecer a rede de atendimento e discutir possíveis atualizações nos protocolos de atendimento dos diversos órgãos e entidades, com o fim último de melhorar a prestação de serviços à população e garantir maior celeridade no processamento e julgamento das ações envolvendo violência sexual contra crianças.